



Os padres de Dom José: o Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933)

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Faculdade Pio Décimo – Aracaju

Resumo

Neste trabalho, o foco e a análise recaem sobre o Seminário Sagrado Coração de Jesus, criado na Diocese de Aracaju/Se, pelo Bispo D. José Thomas Gomes da Silva, no ano de 1913, como um instrumento a serviço da renovação da Igreja e do seu trabalho pastoral. Além do novo campo religioso, os "Padres de Dom José," como ficaram conhecidos, exerceram, dentro e fora de Sergipe, suas atividades sacerdotais e construíram biografias de intelectuais atuantes no magistério, na literatura, nas instituições culturais e participaram da vida política e social sergipana.

Palavras-chave: Intelectuais. Seminário. Sergipe.

Abstract

This essay focus on and analyses "Seminário Sagrado Coração de Jesus," Which was created in 1913 at the catholic church of Aracaju, By D. José Thomas Gomes da Silva, as a way to serve and renew the Roman Christian church and its work. Besides, Dom José's Priest, as they are known, worked for the Catholic Church in and out of Sergipe State and wrote biographies of many people who were very important for the education, literature, cultural institutions and who took part in the political and social life in Sergipe State.

Key words: Intelectuals. Seminar. Sergipe.



Introdução

Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado em educação pela Universidade Federal de Sergipe, sob o título “Os padres de D. José: O Seminário Sagrado Coração de Jesus (1913-1933).” A relevância do trabalho concerne à História da “Educação” do Seminário, pois ainda não havia sido feita nenhuma investigação que analisasse o processo de formação nele desenvolvido. Ademais, trata-se de uma instituição educacional, cultural, formadora de personagens da História de Sergipe e do Brasil, como é o caso de D. Avelar Brandão Vilela, bispo Primaz do Brasil.

Não obstante, a importância do Seminário ao longo dos seus noventa e um anos na educação masculina sergipana, principalmente para os sacerdotes, o espaço temporal, delimitado para o estudo, esteve compreendido entre 1913 e 1933, período em que funcionou o curso maior do Seminário, visto que, quando criado em 1913, o Seminário funcionou como Seminário menor e maior, oferecendo os cursos preparatório, filosófico e teológico. Dessa forma, ele perdurou até 1933, quando o Seminário foi fechado, acabando definitivamente com o curso maior. A justificativa do estudo está diretamente relacionada à importância que o Seminário Sagrado Coração de Jesus exerceu como instituição de ensino, uma das poucas, na época, com equivalência de nível secundário e a única que oferecia os cursos superiores de Filosofia e de Teologia no Estado de Sergipe.

Mediante tal quadro, a proposta foi investigar qual a conjuntura que deu suporte a criação do Seminário Sagrado Coração de Jesus em Sergipe, como se deu o processo de implantação do referido Seminário, bem como qual a formação escolar dos seminaristas e o perfil do intelectual formado pela instituição. Para tanto, foram pesquisados os arquivos públicos locais, bem como os arquivos da Igreja, principalmente o do Seminário Menor Sagrado Coração de Jesus e do Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus.

As fontes utilizadas para a construção do trabalho, além das bibliográficas, foram as mensagens de Presidente do Estado, o Livro de Registro do Seminário Sagrado Coração de Jesus, de 1913-1948; o estatuto do Seminário Sagrado Coração de Jesus, que data de 1914; o Livro de Atas da Congregação de professores do referido seminário; o Livro de Tombo da Arquidiocese de Aracaju, cujos registros foram reunidos a partir de 1949; o Livro de Atas da Academia São Tomás de Aquino; o livro de matrícula do

Seminário; o Boletim "A Diocese de Aracaju: Órgão Oficial da Diocese," dos anos 1912, 1913 e 1927; a Revista *Scientia et Virtus* e entrevistas com ex-alunos do Seminário.

A história da Igreja e do pensamento católico brasileiro vem sendo estudada por diversos autores, a exemplo de Oscar de Figueiredo Lustosa, Riolando Azzi, João Dornas Filho, Eduardo Hooarnert, Ralph Della Cava, Márcio Moreira Alves, José Oscar Beozzo, José Carlos Souza Araújo, João Fagundes Hauck, Giacomo Martina, Antonio Carlos Villaça, Henrique Cristiano José Matos, Sérgio Miceli, dentre outros. Além dos precursores e principais estudiosos do tema, os padres Júlio Maria, Leonel Franca e Serafim Leite.

O estudo das instituições eclesiais católicas brasileiras, a exemplo do Seminário, tem como principal representante o Monsenhor Severino Leite Nogueira, com o seu livro "O Seminário de Olinda e seu fundador o bispo Azeredo Coutinho." Sobre o mesmo tema, há o livro "O pensamento burguês no Seminário de Olinda," de Gilberto Luiz Alves. O primeiro trabalho, apesar da parcialidade própria do *status* eclesial do autor, está baseado principalmente nos estatutos da instituição, o que torna a obra conotada. O segundo enfatiza o papel do bispo e de sua atuação, não só como mentor intelectual do Seminário, mas também como político no Estado de Pernambuco.

Em Sergipe, a Igreja Católica é tema de vários trabalhos, a exemplo das dissertações de mestrado: em Sociologia, intitulada "Sob o Olhar diligente do Pastor: A Igreja Católica em Sergipe (1831-1926)," de Péricles Moraes de Andrade Júnior; em educação, "Movimento Estudantil: A JUC em Sergipe (1958-1964)," de Antônio da Conceição Ramos; das monografias de conclusão do curso de História: "A Igreja Católica e a Educação de Base em Aracaju (1960-1970)," de Magno Oliveira da Costa, "'Além da Reza' A atuação dos jucistas aracajuanos (1960-1964)," de Ana Júlia Máximo Oliveira, "A Teologia da Libertação em Sergipe," de Quintino Ribeiro Neto; do livro "Igreja e século," de José Silvério Leite Fontes, dentre outros. Além de ser um dos temas abordados pelo "Grupo de Pesquisa sobre História, Igreja, Religiosidade e cultura de Massa em Sergipe," coordenado pela professora Verônica Maria Menezes Nunes, do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

Com exceção do capítulo III da dissertação de mestrado de Péricles Andrade Junior, intitulado "A criação da Diocese de Aracaju e a reforma do



clero," a história do Seminário Sagrado Coração de Jesus, não havia sido, sob nenhum aspecto, pesquisada. Com o intuito de preencher essa lacuna da historiografia educacional sergipana, é que foi produzida a dissertação da qual esse trabalho é fruto.

A conjuntura

Com a Proclamação da República, com o Decreto nº 119-A de 1890 que separou a Igreja do Estado aliado ao crescimento do protestantismo, do espiritismo, da maçonaria e o fato das idéias positivistas estarem aparecendo como uma revolta contra a hierarquia eclesiástica, somados à imagem de "desregrado" de alguns componentes da Igreja Católica, foram motivos para que a Igreja reagisse lançando mão de algumas estratégias para recuperar o domínio do seu campo religioso. O quadro pintado não era senão esse: uma instituição financeiramente enfraquecida e abalada moral e ideologicamente. Sobre a apatia do clero e sobre essa conseqüente perda de espaços, o padre Júlio Maria afirma:

Quanto à democracia, não aceitamos ainda os ensinamentos do papa. Não, a Igreja brasileira não aceitou ainda praticamente os ensinamentos do papa. O clero vive separado do povo. Quase que o povo não o conhece. O clero contenta-se com uma certa aristocracia de devotos. (MARIA, 1950, p. 250-251).

139

O que ele propunha, era que a Igreja Católica assumisse o seu papel social, de união entre Igreja e povo. Para ele,

[...] nós não devemos julgar as democracias pelos anátemas que lhe infligem políticos obstinados; não devemos negar nossa cooperação à causa pública. Não nos é lícito, enfim, encastelarmos nos santuários e, contemplando de longe o povo, pensar que fazemos obra de Deus só com os nossos panegíricos, as nossas devoções e as nossas festas. (MARIA, 1950, p. 251).

Segundo Carlos Villaça, o padre Júlio Maria, materialista convertido ao catolicismo, foi o primeiro, na história do Brasil, a propor uma Igreja não somente como serviço litúrgico, mas também voltada para as questões sociais.

Para Villaça, Júlio Maria foi a primeira voz, dentro da Igreja, de “[...] analista social, de crítico, de pregador.” (VILLAÇA, 1975, p. 72).

A essa altura, era urgente a mudança de tática da Igreja Católica. Se continuasse enclausurada em seus santuários, sem ouvir as reivindicações populares, o destino era o do esquecimento. Foi por isso que fizeram do Concílio de Trento e do Tomismo bandeiras de luta em prol da recuperação da influência das idéias católicas. Na visão de Villaça, foi com o apostolado de Júlio Maria que a igreja passou a intelectualizar-se. Para ele, “[...] a religião católica deixa de ser assunto ou devoção de mulheres e menores, para ser algo perfeitamente compatível com a condição adulta, viril, cultural.” (MARIA apud VILLAÇA, 1975, p. 77). Na visão de Júlio Maria, o que faltava à própria Igreja e ao povo era o ensino. Para ele,

O ensino, eis o grande remédio, a grande necessidade do momento atual. Os novenários, as devoções, as festas, feitas com os devidos requisitos, são uma coisa boa; mas o principal, o essencial, a coisa boa por excelência, a maior de todas as obras da caridade paroquial é ensinar os ignorantes. A ignorância da religião, eis o inimigo. A doutrinação, eis a grande arma apostólica. (MARIA, 1950, p. 253).

A criação de dioceses, não só em todas as capitais, mas também em muitos municípios, acrescida da construção do patrimônio para a Igreja, que não poderia mais contar com as subvenções do Estado, e a recuperação, através da instrução, da ideologia perdida, foram atitudes tomadas com o objetivo de reverter tal quadro.

A viabilização de tais estratégias é encontrada na história de modo bastante claro. Como exemplo, basta que se observe nas duas primeiras décadas da República brasileira a quantidade de dioceses criadas depois do Decreto nº 119-A, como também o crescimento do patrimônio pertencente à Igreja no mesmo período, a começar pelas próprias sedes paroquiais, seguidas pelos palácios episcopais, pelos terrenos e pelas casas, além de imagens e obras de arte encontradas em muitas dioceses.

Por último, se for verificada a tática utilizada para a recuperação da ideologia, poder-se-á perceber que a empreitada fora cumprida não só através dos colégios de denominação católica, dos artigos em jornais, das conferências eclesiais, mas dos Seminários que, além de ter como principal meta



a construção de um novo perfil de padre, desvinculados da impressão de desregramento, educava e formava sacerdotes, cuja tarefa, por sua vez, era propagar, de forma mais veemente, os novos ideais católicos, que podem ser traduzidos como sendo de uma Igreja mais flexível, mais próxima do povo, mais preocupada com a educação e com sua imagem, em que padres deveriam ser eminentemente vocacionados.

A dificuldade de execução de tais planos residia, porém, no fato de que havia dois movimentos no seio da Igreja: o regalista ou liberal e o ultramontano ou conservador. De um lado estava o padre Diogo Antonio Feijó, um dos intelectuais destacados na divulgação filosófica, um dos principais representantes dos regalistas, entre os anos de 1826 a 1842. Do outro lado, ou seja, do lado do movimento ultramontano, estava D. Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo da Bahia, o influente Marquês de Santa Cruz, autor de seguidas Cartas Pastorais, nas quais expressava seu pensamento. Também fizeram parte desse grupo D. Antonio Ferreira Viçosa, Bispo de Mariana, D. Antonio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo e D. Antonio Macedo Costa, Bispo do Pará. Este, já aderente, no final do período imperial.

Enquanto o primeiro grupo colocava a necessidade de reformar o clero de acordo com o centro de seus interesses, formulados em decorrência da experiência nacional, brasileira, o segundo defendia a aproximação a Roma, a subordinação ao Papa e às orientações do Concílio de Trento.

O movimento regalista era, em suma, uma facção comandada por um grupo de clérigos paulistas. Seus planos, segundo Matos, “[...] tendiam perigosamente em direção à formação de uma ‘Igreja Nacional’ apenas formalmente ligada a Roma.” (MATOS, 2002, p. 47). Para eles, a revitalização da Igreja dependia da moralidade do clero. Um dos principais argumentos utilizados foi o da extinção do celibato. Para os regalistas, bastaria legalizar a convivência marital para acabar, ou pelo menos diminuir, a imagem negativa de padres, decorrente, muitas vezes, dos amaziamentos proibidos. A questão gerou algumas desavenças entre os representantes das duas correntes. Mas, como a Santa Sé não aprovou a proposta do movimento liberal, o movimento ultramontano ganhou peso no cenário nacional e foi o idealizador da nova proposta de reforma da Igreja.

Para os ultramontanos, “[...] o centro de toda a vida da Igreja está na pessoa do Papa, representante direto de Deus na terra. Chega-se a afirmar que

só é autêntica a ortodoxia católica emanada de Roma. Portanto, não basta ser católico, é preciso ser católico Romano.” (MATOS, 2002, p. 47).

Foi sob esse movimento que a Igreja brasileira se expandiu. Os objetivos ultramontanos identificavam o clero brasileiro quando da proclamação da República, embora os seguidores do regalismo continuassem com sua resistência em favor de uma nacionalização religiosa, enquadrando, nas fronteiras nacionais, o credo católico. Nem todos os católicos receberam a laicização de uma forma negativa. A rigor, tanto o clero, quanto os fiéis, estavam divididos em suas opiniões. Houve os que vibraram com a autonomia da Igreja, sem as amarras e o desprestígio de antes. Ao ver de Alves

[...] os esforços dos bispos ultramontanos para restabelecer, ao longo dos últimos trinta anos do século XIX, o predomínio de Roma sobre a Igreja local; a reimplantação da Igreja sob a autoridade incontestável do Vaticano a partir da separação Igreja-Estado, estabelecida pela Constituição Republicana de 1891, [...] possível graças à ajuda do poder político. (ALVES, 1979, p. 6).

142 A esse mesmo período, Nagle (1974, p. 57) chamou de “calmaria nos meios católicos brasileiros.” Para ele, apenas na terceira década da República foi que começaram a surgir as primeiras amostras da capacidade mobilizadora dos católicos. Com a carta Pastoral de D. Leme, então arcebispo de Olinda, que pregava a inserção e intensificação da matéria religiosa nos meios mais diversificados do país, bem como com a criação da Revista “A Ordem,” do “Centro D. Vital,” por iniciativa de Jackson de Figueiredo, que assumiu combativamente um projeto de “recatolicização” da intelectualidade brasileira, e da “Confederação Católica,” no início dos anos de 1920, é que a Igreja havia conseguido novamente assumir lugar de destaque no cenário nacional. Fosse no meio intelectual, nos grupos sociais menos escolarizados, na Escola, na Imprensa, no comércio, o que importava era transformar aqueles que se diziam católicos, mas que pouco sabiam o significado de Igreja, em força influente no destino do país.

Embora tal assertiva tenha fundados argumentos, o fato é que, antes daquele período, a Igreja já havia assumido uma política expansionista de “estadualização” que, no entender de Miceli, “[...] contribuiu tanto para o estreitamento dos vínculos entre os bispos e o Vaticano como para o acirra-



mento da concorrência entre os próprios prelados.” (MICELI, 1988, p. 22). Apesar de que para Miceli o

[...] referido processo de estadualização converteu a Igreja em espaço de encenação das solenidades de legitimação e ostentação do poder oligárquico, quer por ocasião das festividades (dia do(a) padroeiro(a), procissões, ‘te-deums’, etc.) inscritas no calendário religioso, quer através de rituais de serviço com o timbre eclesiástico (batizados, casamentos, enterros, posses, formaturas, jubileus, etc.). (MICELI, 1988, p. 22).

Para Baia Horta (1994, p. 93) a “Igreja aceitou, pouco a pouco, o novo regime e, de certo modo, tirou proveito dele,” quando se utilizou da situação para “[...] reestruturar com mais liberdade os seus quadros e estreitar as suas ligações com Roma.” Sob esse ponto de vista, pode-se dizer que a Igreja adotou definitivamente os ideais ultramontanos, segundo Azzi (1978), defendendo a soberania da autoridade espiritual sobre o poder político, da fé sobre a ciência e da Igreja sobre a sociedade moderna laicizada.

De acordo com Miceli (1988), seguindo esta política de estadualização foi que entre 1890 a 1930 foram criadas no país 56 dioceses¹, 18 prelazias² e 3 prefeituras apostólicas³ para as quais foram designados 100 bispos, cabendo, respectivamente ao conjunto dos Estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados no reparte de circunscrições e prelados. Se até 1890 só existiam 13 dioceses⁴ distribuídas em 10 províncias e nove capitais, em 1930, todos os Estados brasileiros possuíam suas dioceses. O que se queria com tal expansão era o conseqüente crescimento do aparato eclesiástico. O fato é que, de 1842 a 1890, ou seja, num período de 36 anos, não tinha sido criada nenhuma diocese.

D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques foi um dos representantes do novo ideal da Igreja Católica. Como primeiro bispo da Paraíba e fundador do Seminário Imaculada Conceição no mesmo Estado, considerado um seminário-modelo, alternativo às casas tradicionais de Olinda e Fortaleza, ele pôde recrutar seus colaboradores mais chegados, a maioria deles designados para os postos episcopais que foram se abrindo na região. São exemplos a designação de D. Joaquim de Almeida, bispo resignatário, D. Lantim Maria Coutinho, arcebispo de Maceió; D. Manuel Paiva, bispo de Garanhuns; D. Irineu Joffily, arcebispo resignatário de Belém do Pará; D. Moíses Coelho,

arcebispo coadjutor da Paraíba e de D. José Thomas Gomes da Silva, bispo da Diocese de Aracaju.

Sergipe: um fruto do processo de estadualização da igreja católica

Seguindo a mesma linha, Andrade Júnior (2000, p. 89) afirma ser a criação da Diocese de Aracaju fruto do projeto de “romanização” da Igreja Católica. Para ele, “[...] tal ação vinculou-se ao intuito expansionista da Igreja no Nordeste, visando à constituição de um aparato burocrático homogêneo, capaz de destituir o capital religioso do laicato e a tentativa de monopolizar o controle do campo pelos especialistas.”

Agraciado pela política expansionista de “estadualização” da Igreja, foi criada, em Sergipe, no ano de 1910, a Diocese de Aracaju. Para seu primeiro Bispo, foi escolhido o então Monsenhor dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, José Thomas Gomes da Silva – eleito no dia 12 de maio do ano de 1911. Dom José, como ficou conhecido quando chegou a Aracaju, foi recebido com todas as honrarias, não só pelo clero, mas pelos políticos locais e membros da sociedade. Uma explícita demonstração de como seria a estada do Bispo no Estado.

Passada as comemorações, dois dias depois, o bispo Dom José Thomas Gomes da Silva deu início ao trabalho de reestruturação da Igreja local, participando, dessa forma, do projeto nacional de reforma do clero. Dom José começou seu ofício fazendo as devidas nomeações para composição de sua diocese. Depois, fundou um boletim, meio pelo qual ele informava aos padres e paroquianos tudo que estava acontecendo com a igreja em nível mundial e nacional, além de informações acerca de sua administração, pois era nessa publicação que Dom José fazia as devidas cobranças, tanto financeiras como espirituais e morais.

Visitas pastorais e criação de paróquias também foram atitudes importantes no tocante à ampliação dos domínios da Igreja, sem contar com a relação desenvolvida por Dom José com os governantes do Estado e com os representantes da elite econômica e intelectual local. O Bispo agiu como um estrategista, inseminando os preceitos da igreja em toda a sua circunscrição.



Dentre os fatos que marcaram o seu bispado está o auxílio material e espiritual dado aos estabelecimentos escolares e assistenciais, a exemplo do Instituto Bento XV, do Ginásio Nossa Senhora das Graças, da cidade de Propriá; do Colégio Sagrado Coração de Jesus, do Ginásio Patrocínio de São José em Aracaju; do Orfanato da Imaculada Conceição, do Oratório Festivo São João Bosco, fundado por Genésia Fontes, a D. Bebé, e da Associação Santa Zita, destinado a menores carentes, também em Aracaju.

Outro aspecto a ser considerado na atuação de Dom José, está relacionado à obtenção de patrimônio para a Diocese. Com a falta de subsídios do Estado, a Igreja Católica dispôs de seus próprios recursos para sua manutenção. Como cada diocese tinha por obrigação se manter, a aquisição de patrimônio, era algo necessário. Para esse fim, foi composta uma comissão com várias personalidades sergipanas, pessoas de posse e de cargos importantes no Estado, membros de uma elite econômica, a começar pelo Presidente do Estado, o general José de Siqueira Menezes, a quem o Bispo designou presidente de honra; o Desembargador Zacarias Horácio dos Reis foi nomeado vice-presidente; o primeiro secretário era o Coronel Antonio Gomes da Cunha Júnior; o segundo secretário, o Major Luiz José da Costa Filho; e, como tesoureiro, fora designado Manoel Teixeira Chaves de Carvalho. Como procurador geral, o Bispo escolheu o Desembargador Antonio Teixeira Fontes. Nomes como os de Alexandre Lobão, Amintas Guaraná, Major Arsenio Araújo, o médico Augusto Leite, Augusto Mattos, Aurélio do Prado Vieira, Benjamin Mendonça, coronel Félix Pereira de Azevedo, Francisco C. Nobre de Lacerda, o cônego Francisco Gonçalves Lima, Guilherme Nabuco, o médico Helvécio de Andrade, Euvidio Velbo, João Antonio de Oliveira, o Desembargador João Maynard, Padre João Victor de Mattos, José de Araújo Cardoso, o Coronel José da Silva Ribeiro, José Moreira de Magalhães, o Desembargador Manoel Caldas Barreto, o Professor Manoel Francisco A. de Oliveira, Nelson Vieira, o Desembargador Simeão Sobral e Silvio Motta compunham o quadro de membros da referida comissão. Mas o presidente efetivo desta, era o Padre Manuel Raymundo de Melo, que também fora nomeado o primeiro reitor do Seminário criado por Dom José. (LIVRO DE REGISTRO DO SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, 1913-1948).

Frente a sua crise de hegemonia nacional, a Igreja Católica em Sergipe reagiu, remanejando a sociedade civil e apelando às forças políticas. Trazer para perto e ter como aliados representantes das maiores instituições

civis, sem dúvida não foi apenas uma prática local. Entretanto, o resultado obtido representou para Sergipe, de um lado, ou seja, para a Igreja, a sua manutenção e, do outro, para o representante do Estado, sua legitimação frente a uma sociedade eminentemente católica.

O fato, porém, que mais marcou o bispado de Dom José, foi a criação do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Foi através dele que o Bispo, efetivamente, cumpriu com a missão de ampliação dos domínios da Igreja e de reforma do clero. Através do Seminário, a Igreja local ganhou repercussão nacional e a Igreja nacional pôde contar, muitas vezes, com muitos dos seus quadros.

O Seminário de Sergipe

A criação da Diocese e a implantação de seu Seminário significaram, além da restrição do campo de atuação dos protestantes e dos espíritas, a retomada de uma certa estabilidade que parecia estar se perdendo. O Seminário, implantado em 1913, representou não somente a manutenção e a ampliação do número de clérigos, mas uma escola que educou e “formou” muitos sergipanos.

Enquanto os fundos para construção da sede própria do Seminário eram arrecadados, as atividades do Seminário iniciaram, no dia 04 de abril de 1913⁵, ainda de forma improvisada, no edifício que servia de residência Episcopal, localizado à Praça Camerindo n.º 181⁶. Foi neste prédio que a primeira turma do Seminário ficou estudando até 1914, quando as obras do prédio definitivo, localizado na quadra de terras entre as ruas Espírito Santo, Riachuelo, Pacatuba e São Vicente,⁷ haviam terminado.

No seu primeiro ano de funcionamento, o Seminário tinha em sua estrutura administrativa as figuras do Reitor⁸, do diretor espiritual e de uma comissão tridentina⁹, além dos professores. Quando da elaboração dos estatutos do Seminário, em 1914, foi criado o cargo de Vice-Reitor, além dos cargos de prefeitos e vice-prefeitos¹⁰ das divisões¹¹.

O Seminário foi criado com duas modalidades de ensino: o Seminário Menor, precedido dos estudos preparatórios e o Seminário Maior. Oferecia, portanto, toda a formação necessária ao sacerdote: a preparação para o estudo voltado às ciências humanas, à filosofia cristã e à teologia. Para esse



intuito, o seminário ofertava os cursos preparatórios, filosófico e teológico, dados nessa ordem, estrutura que manteve até 1933, quando foi fechado pelo Visitador Apostólico dos Seminários do Brasil, Mons. Alberto Pequeno, por determinação da Santa Sé. O motivo para o encerramento esteve condicionado ao fechamento de todos os seminários considerados periféricos, permitindo apenas aos seminários centrais a oferta do curso maior, ou seja, a formação superior dos padres. Assim, quando reaberto no mesmo ano, o Seminário oferecia somente o curso menor.

Uma vez admitidos os seminaristas, a formação dada pelo Seminário estava atrelada às disciplinas que, por sua vez, estavam subordinadas aos cursos oferecidos. Para cada curso havia um conjunto de disciplinas diferentes. Como o recorte temporal estabelecido para este estudo é de 1913 a 1933, algumas mudanças foram detectadas no currículo.

No curso preparatório, que tinha duração de um a dois anos, eram ministradas as disciplinas de Português, Francês, Latim, Aritmética, Geografia, Corografia do Brasil, História do Brasil, História Universal, Noções de Geometria, Poética e Retórica. Dessa forma, o curso oferecia uma base intelectual, compensatória ao aluno que tinha terminado o curso ginasial, muitas vezes de forma insuficiente.

O curso de Filosofia, por sua vez, abrangia um período de dois anos, durante os quais eram estudadas as disciplinas de Filosofia, História Natural, História Eclesiástica e História Sagrada, através do viés da filosofia tomista, considerada mais “coerente e harmônica” se comparada à filosofia Kantiana. Segundo o padre Santana, no seu livro, *Em Face da ciência*, citado por Avelar Brandão Vilela, à época seminarista, a filosofia de São Tomás de Aquino é mais sólida que “[...] a teoria do famoso Kant, que não é mais que uma grande alucinação dum gênio, contendo em germe o cepticismo absoluto, o idealismo, o niilismo e o panteísmo.” (SCIENTIA ET VIRTUS, 1933, p. 81-82).

Com o curso de filosofia, os seminaristas tiveram acesso às obras tomistas, a exemplo da Suma teológica, da In Evangelia de S. Mateus e S. João, do Tratado de Religião, da Suma Teológica de Trindade, da Catena Aurea 4º Evangelho, da “Teologia Dogmática e Mora, I” d’As grandes teses da Filosofia Tomista de A.D. Sertillanges O.P, como também das Noções de História da filosofia, do Padre Leonel Franca, da Em face da Ciência, do padre Santana, do Compendio de Lógica, do Monsenhor Fernando Rangel,

e de autores como Sena Freitas, Charma, com seu “Questões de Filosofia” e Alberto Magno, obras e autores que constituíram o universo acadêmico dos padres de Dom José. A disciplina de História Natural oferecia ao candidato ao sacerdócio noções acerca da biologia, do estudo dos seres vivos: como nascem, crescem, reproduzem e morrem. As disciplinas de História Eclesiástica e História Sagrada tratavam, respectivamente, da Igreja e dos grandes vultos que a constituíam, de forma que este curso oferecia ao aluno um arcabouço teórico indispensável ao conhecimento que seria adquirido no curso seguinte, ou seja, o de Teologia.

O curso de Teologia, por sua vez, durava quatro anos e era composto por oito disciplinas: Teologia Dogmática, Teologia Moral, Escritura Sagrada e Liturgia, estudadas no primeiro, segundo e terceiro anos. Sendo que, no terceiro ano, a disciplina Liturgia era substituída por Eloquência Sagrada e, no quarto ano eram oferecidas as disciplinas de Direito Canônico, Pastoral, Escritura Sagrada e Cerimônias Práticas.

O curso de Teologia utilizava, dentre outras, as obras de Dd. Tanqueray S. J., *Synopsis Teologia Dogmática, Teologia Moral e Teologia ascética e histórica* e da *Suma Teológica e Teologia Moral* de Tomás de Aquino, além do *Compêndio de Teologia Moral*, de Ferres S. J., do *Códex Júrís Canonical*, de Petro C. Gasparri e da *Suma Institutionem canonicarum*, de C. Ferrari, dentre outros.

A *Teologia Dogmática* advertia sobre os dogmas da Igreja, enquanto a *Teologia Moral* se ocupava dos casos de consciência. Com a *Liturgia*, aprendia-se a parte prática das cerimônias, o modo como elas deviam ser concretizadas. Por meio da *Eloquência Sagrada*, o seminarista aprendia a arte da oratória para o convencimento. O *Direito Canônico*, por sua vez, ensinava as normas da Igreja. A *Pastoral* servia para instruir os alunos no modo como expor a doutrina religiosa ou lição de moral. Pela *Escritura Sagrada*, era estudado o conjunto dos livros do antigo e do novo testamento e, pelas *Cerimônias Práticas*, aprendia-se a organização solene dos cultos. (SEGUIER, 1927).

Com o passar dos anos, essa estrutura foi modificada. A *Literatura* foi incorporada ao curso preparatório e, no curso de Filosofia, a disciplina Eloquência Sagrada saiu; a disciplina de Direito Canônico ficou sendo ministrada em dois anos. Embora não estivesse explícito no estatuto, as disciplinas de Catecismo, Música e Canto Gregoriano estiveram sempre presentes no



currículo, além de Higiene e Civilidade, matérias que apareceram a partir de 1918.

Àquela época, segundo o Mons. João Moreira Lima, ex-aluno do Seminário, a maioria dos compêndios do curso de teologia, com exceção do de História Eclesiástica, eram em Latim. Ainda segundo o Mons., os professores, para ministrarem suas aulas, tinham que “[...] traduzir com a leitura e dar aulas em português,” o que ao ver do Mons., à época aluno, tanto para ele, quanto “[...] para a maioria, o aproveitamento poderia ser maior se os livros fossem em português,” já que poderiam ler diretamente a obra. (LIMA, 1984, p. 17).

Os mais interessados no ofício do sacerdote, como foi o caso do padre João Moreira Lima, dedicavam-se, para maior compreensão das ciências teológicas, a livros como o *Catecismo de Perseverança*, de Gaume, uma obra de oito volumes, *Os Esplendores da Fé* de Francisco Maria Moigno, em três volumes, *O Tratado de História Eclesiástica*, do Padre Rivaux e o *Gênio do Cristianismo*, de Chateaubriand. Obras que, apesar de serem de autores franceses, eram traduzidas para o português e chegavam aos seminaristas arcajuanos, no final dos anos vinte e início dos anos trinta, através do livreiro e seminarista João Moreira Lima, que mantinha contatos com a “Livraria Católica” do Rio de Janeiro. Só na década de 1930, começaram a surgir, no país, livros como os de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima (Tristão de Atayde). Estes eram vendidos no Seminário de Aracaju pelo então aluno João Moreira Lima.

Com certeza, outras obras compuseram a bibliografia, porém não foi possível identificá-las.¹² Na verdade, o Seminário repetia, como currículo, o conjunto de disciplinas específicas de cada estágio de ensino e tratava cada uma delas de acordo com os conceitos usuais e com a orientação mais ou menos conservadora da Igreja.

O corpo docente que ministravam tais disciplinas era composto de maioria de clérigos, a quem eram destinadas as disciplinas filosóficas e teológicas. Já as disciplinas elementares, apesar de serem preferencialmente designadas a sacerdote tiveram, no bispado de Dom José (1911-1948), como colaboradores, sete leigos, todos escolhidos pessoalmente pelo bispo. Foram eles: Manuel Cândido, professor de latim, além de lecionar português e francês; o segundo foi o professor Francisco da Graça Leite, que ensinou Geografia,

História Universal e História do Brasil; o terceiro, contratado em 1918, foi Augusto César Leite, médico, fundador do Hospital de Cirurgia, que lecionou Ciências Naturais; o professor João Rocha ensinou música a partir de 1923 e Tenyson Ribeiro, que ensinou matemática¹³. Tratavam-se de professores renomados e que lecionavam em outras instituições educacionais de Sergipe, como o Colégio Atheneu Sergipense e a Escola Normal de Sergipe.

O espaço das práticas escolares e o poder disciplinar

150 O edifício construído especificamente para ser sede da instituição era de alvenaria, composto de dois pavimentos, medindo 21 metros de fundo e 12 metros de frente. Os pavimentos eram interligados por uma escada de madeira de modelo parafuso. Na parte superior, ficavam tanto as celas (dormitórios) dos seminaristas, como as dos padres/professores, a do reitor, do vice-reitor e do diretor espiritual, além do cômodo reservado para o aposento do bispo. No pavimento inferior, ficavam os salões de estudos, a bedelagem, os banheiros, duas salas de visitas, a sala de física, a cozinha, a copa, o refeitório e o campo para as atividades físicas. Esta estrutura tinha capacidade para 50 seminaristas, construída num ambiente favorável ao funcionamento do Seminário, pois se tratava de um lugar tranquilo e pacato, com poucos vizinhos.

De frente para a rua Espírito Santo foi construída a Igreja do Seminário. Voltadas para essa mesma rua, ficavam as duas entradas oficiais: uma para o prédio e a outra para a Igreja. Nos fundos do prédio, voltado para a rua Itabaianinha, foi construído o Santuário de Nossa Senhora Menina. Na mesma quadra de terras, foram construídas sete casas¹⁴, cada uma com uma estrutura média de 12 metros, que eram alugadas e a renda ajudava nas despesas do clero.

Foi no referido prédio, previamente organizado, que se instalou, definitivamente, o Seminário Sagrado Coração de Jesus. O prédio tinha uma estrutura que permitia, por parte dos dirigentes, total controle das ações e, por parte dos seminaristas, a total falta de liberdade. A divisão do prédio, bem como as normas da instituição, favoreciam a vigilância dos seminaristas. Essa relação do espaço com os seminaristas remete-nos aos estudos de Foucault sobre o poder.



Para Foucault, o poder, ou a disciplina, manifesta-se sobre quatro características: a organização do espaço, a administração do tempo, a vigilância e o registro do conhecimento. Segundo ele, as relações de poder não passam nem em nível do Direito nem através da violência. Para ele, a dominação não se sustentaria se tivesse como alicerce a repressão. (FOUCAULT, 1993).

Também é dele a idéia de que o poder não pode ser considerado apenas do ponto de vista da repressão, da censura, do recalque. O poder, para Foucault, possui uma eficácia produtiva. É sob essa perspectiva que o poder é exercido sobre o corpo humano, não de maneira a reprimi-lo, mas para aprimorá-lo.

Apesar da análise de Foucault sobre o poder estar baseada em seus estudos sobre a história da penalidade, seus frutos podem ser colhidos no estudo sobre o Seminário, sobretudo por ele ter colocado o problema de uma relação específica de poder: entre os indivíduos enclausurados e seus supervisores, tendo o corpo como objeto para o exercício de poder. A esse tipo, Foucault chamou de disciplina ou poder disciplinar.

Foi através desse tipo de poder, que o Seminário conseguiu o controle minucioso dos seminaristas. Para Foucault, a disciplina começa com a organização do espaço. Critério focalizado quando da construção do prédio e distribuições dos atores: os seminaristas e os seus supervisores (reitor, vice-reitor e diretor espiritual) juntos, de modo que os seminaristas estivessem sempre monitorados. O supervisor dos supervisores, o bispo, ficava reservado, mas em um apartamento que dava acesso a todo o prédio, de modo que ele tinha total controle do ambiente. Dessa forma, todos juntos, e uma vez respeitando a hierarquia eclesiástica e do próprio seminário, era possível, através da disposição dos cômodos e das regras, exercer um controle direto sobre os seminaristas. Para Foucault,

A grande importância estratégica que as relações de poder disciplinares desempenham nas sociedades modernas depois do século XIX vem justamente do fato de elas não serem negativas, mas positivas, quando tiramos desses termos qualquer juízo de valor moral ou político e pensamos unicamente na tecnologia empregada. É então que surge uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber. (FOUCAULT, 1993, p. 19).

Por certo, o nascimento do Seminário não representou uma massificação positiva da imagem do sacerdote. O isolamento, acompanhado da disciplina, é que foram, ao contrário do que existia, a grande ação desta instituição.

Ainda segundo Foucault, saber e poder estão intrinsecamente ligados. Não há poder sem um campo de saber. Sob esse ponto de vista, a Igreja utilizou-se do espaço do Seminário para, através da disciplina, construir um saber que seria utilizado na forma de poder, quando o sacerdote estivesse fora da instituição, exercendo o sacerdócio. Ou seja, através do saber, a igreja continuaria ou voltaria a exercer o poder.

Dessa forma é que foi construído um novo habitus caracterizado, também, por um capital cultural baseado no tomismo, percebido nas obras permitidas e adotadas na bibliografia dos cursos. O conjunto de disciplinas, o isolamento, o poder disciplinar, somadas às regras de convivência impostas pela instituição contou, também, com uma dose considerável de estímulo. Ademais, foi por incentivo da própria reitoria que foram criados o Jornal "Academus," espaço onde os alunos expunham suas idéias e acabavam por ter uma convivência mais amena, já que eram eles próprios quem ditavam as regras, e a "Academia Literária São Tomás de Aquino," ambiente criado para que os seminaristas exercitassem a escrita e a oratória, claro que de acordo com as normas da instituição.

152

Os padres de Dom José: uma nova elite intelectual em Sergipe

No período de vinte anos, 214 alunos se matricularam no referido Seminário. Destes, 44 fizeram o curso menor e maior (total ou parcialmente). Foram denominados padres de D. José, independentemente de terem, ou não, sido ordenados por ele¹⁵. Foram eles: Afonso de Medeiros Chaves (1910-1989), Agnaldo Galvão Leal (1903-), Agnaldo Guimarães (1909-1951), Alberto Bragança de Azevedo (1900-1974), Antonio de Barros Padilha (1909), Antonio Fernando da Graça Leite (1901-1968), Antonio de Freitas Melo (1899-1985), Antonio Régis (1900-1949), Arnaldo Castro, Arnaldo Rocha campos (1989-), Augusto Melo, Aurélio Vasconcelos de Almeida (1911-1999), Avelar Brandão Vilela (1912-1986), Basílicio Raposo de Oliveira (1892-1945), Carlos Camélio Costa (1900-1974), Domingos Fonseca de Almeida



(1898-1987), Edgar de Brito (1907-1989), Eraldo Barbosa de Almeida (1911-1987), Evêncio Guimarães (1899), Floduardo de Brito Fontes (1892-1929), Francisco Valverde (1898), Gervásio Feitosa (1907-1989), Gileno Francisco de Jesus (1912-), Gonçalo Lima (1900), João Barbosa de Souza (1916-1991), João Moreira Lima (1910-1996), João Pedro Alves (1892), José Alves de Castro (1912), José Augusto da Rocha Lima (1895-1969), José Curvelo Soares (1911-1989), José de Araújo Machado (1909-1991), José Dias de Oliveira (1914), Jugurta Feitosa Franco (1899-1983), Lauro de Souza Fraga (1900-), Liberato Geraldo Fagundes, Luiz Gonzaga Passos (1910-), Manoel Soares Rocha (1914-), Manuel Dias Guimarães (1910), Manuel Vieira dos Santos (1900-), Mário de Miranda Villas Boas (1903-1968), Miguel Monteiro Barbosa (1902-1980), Nelson do Prado Fontes (1913-1938), Olívio Teixeira (1911-) e Pedro Oliveira (1904-1996).

Destes quarenta e quatro padres, não foi possível obter, de dez, dados que pudessem subsidiar esta análise, mas dos trinta e quatro que há informações, trinta foram professores, fosse no Seminário ou em colégios de Sergipe ou mesmo de outros Estados, sendo que, dos oito que tiveram outra formação, a exemplo do Direito e da Pedagogia, também lecionaram em faculdades e ou universidades. Seis dedicaram-se também às letras, escrevendo, além das homilias e cartas pastorais, livros ou opúsculos. Dez envolveram-se com a imprensa, fosse criando ou escrevendo para jornais. Onze dedicaram-se a movimentos assistenciais, a exemplo da criação do círculo operário católico e de fundações para menores. Quatorze criaram ou participaram da fundação de escolas ou outros centros culturais, a exemplo da Academia Sergipana de Letras e do Centro Dom Vital. Além dos sete que exerceram mandatos ou estiveram envolvidos na política partidária.

A atuação dos padres de D. José demonstra bem a apropriação que foi feita dos conteúdos e dos ideais que foram, ao longo desse período em questão, ministrados pela nova forma de pensar e de atuar da Igreja. Em suma, o Seminário Sagrado Coração de Jesus representou para o Estado não só uma casa de formação de padres, mas uma casa formadora de intelectuais ativos, criadores, mediadores e engajadores.

Assim, o Seminário, que servia de patrimônio material da Diocese, já que se constituía de um prédio, mobiliado, que servia não só de escola de padres, mas também, de residência do bispo e de palácio episcopal, de onde saíam todas as decisões da Igreja em nível de Estado, teve uma alta

representação não só no campo religioso, mas também nos campos educacional, cultural, social e político.

No campo religioso, destacam-se, desde o seu quadro de professores e reitores, D. Manuel Raymundo de Melo, depois Bispo de Caitité e D. Adalberto Sobral, depois bispo de Pesqueira, em seguida bispo do Maranhão, até os chamados padres de Dom José, ex-alunos que se tornaram professores, a exemplo de D. Mário de Miranda Villas-Bôas, bispo de Garanhuns e D. Avelar Brandão Vilela, que chegou a bispo primaz do Brasil, dentre outros.

Já no campo educacional, a influência também se fez notar, haja vista que uma parcela significativa dos padres de Dom José, exerceram uma participação considerável na instrução pública e particular sergipana, a exemplo do Colégio Atheneu Sergipense, do Colégio Tobias Barreto, da Escola Normal Rui Barbosa, da Escola de Comércio Conselheiro Orlando, e das escolas católicas como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, do Colégio Patrocínio São José, do Colégio Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora e o próprio Seminário. Sem contar aqueles que lecionaram em faculdades e colégios fora do Estado, como são os casos dos Padres Aurélio Vasconcelos, Agnaldo Galvão Leal e José de Castro.

No campo social, a participação dos padres de Dom José também foi sentida. Houve padres que foram colaboradores de movimentos culturais, a exemplo do padre João Moreira Lima, mantenedor dos cinemas Vitória e do cinema Vera Cruz, centros culturais, cujo lucro era voltado para subsidiar movimentos sociais como o "Círculo Operário Católico," além da participação nos meios de comunicação, a exemplo do rádio e dos jornais, inclusive criando o seu próprio jornal "A Cruzada."

Houve, inclusive, aqueles que se envolveram direta ou indiretamente na política. O padre Miguel Monteiro Barbosa, por exemplo, foi deputado na Assembléia Constituinte de 1934, Carlos Camélio Costa participou, como candidato, a deputado federal, em 1946, Edgar Brito foi deputado à Assembléia Legislativa Constituinte de 1947 e outros preferiram as candidaturas a prefeito, em municípios sergipanos, como Evêncio Guimarães, em Japoatã, e Manoel Vieira, em Itabaianinha.

A importância do Bispo e do Seminário Sagrado Coração de Jesus vai além da educação de padres e das fronteiras de Sergipe. Ao designar Mário de Miranda Villas-Bôas, depois substituído por Avelar Brandão Vilela,



para ser Assistente Eclesiástico do Centro Dom Vital, instalado em Aracaju, em 1932, Dom José legitimou o ideal político daquela entidade, fundada pelo sergipano Jackson de Figueiredo, com o objetivo de “recatolizar” a intelectualidade brasileira. O Centro Dom Vital foi a entidade que mais aglutinou católicos leigos, alguns dos quais já tinham participado, um ano antes, da criação da Academia Sergipana de Letras. Funcionando com agenda de reuniões, debatendo questões da atualidade brasileira, como o divórcio e o aborto, o Centro Dom Vital e a Revista *A Ordem*, que ele distribuía, mobilizaram muitos intelectuais sergipanos que, com sua extinção, passaram para a Ação Católica, para a Liga Universitária Católica e para a Liga Eleitoral Católica, todas com vínculos explícitos com a Diocese de Aracaju.

Tais entidades, cada uma com suas funções, surgiram nas relações da Igreja ou foram por ela estimuladas. A que teve maior participação política foi a Liga Eleitoral Católica que, a partir de 1945, defendeu, de forma intransigente, dogmas e valores do catolicismo, apoiando abertamente candidaturas com o mesmo vigor com que repudiava partidos e candidatos que contrariavam seus objetivos. O próprio Dom José não fugiu da radicalização e assinou a decisão da Diocese de excomungar eleitores católicos que contrariassem as recomendações da Legião Católica (LEC), então presidida por Hélio Ribeiro, tendo como secretário José Amado Nascimento, ambos oriundos do Centro Dom Vital.

Das diversas entidades, criadas e atuantes em Sergipe, nesse período, descendem de um grupo coeso de intelectuais católicos, fruto da educação dos padres de Dom José, composto dentre outros, por José Amado Nascimento – contabilista, bacharel e professor de direito, poeta e ensaísta –, Walter Cardoso – médico, professor da Faculdade de Medicina de Sergipe e escritor –, Manoel Cabral Machado – advogado, professor de direito e de outras disciplinas do ensino superior, escritor, político, tendo exercido mandatos de deputado estadual e de vice-governador –, José Silvério Leite Fontes – advogado, professor universitário, ensaísta, escritor, autor, inclusive de uma obra sobre Jackson de Figueiredo –, Luiz Rabelo Leite – advogado, promotor de justiça e magistrado, foi presidente do tribunal de justiça do Estado de Sergipe, professor universitário –, todos pertencentes à Academia Sergipana de Letras e a outras instituições culturais que, juntamente com outros, estavam engajados na luta pelo ensino superior no Estado. Todos atores importantes da história educacional, cultural e política sergipana.

Notas

- 1 São elas: as de Manaus, Paraíba, Curitiba e Niterói, em 1892; a do Espírito Santo, em 1895; a de Maceió, em 1900; a de Pouso Alegre, em 1901; as de Campanha e Uberaba, em 1907; as de Botucatu, São Carlos do Pinhal, Ribeirão Preto, Taubaté, Campinas e Florianópolis, em 1908; a de Natal, em 1909; as de Aracaju, Pesqueira, Montes Claros, Pelotas, Uruguaiana, Santa Maria, Corumbá e São Luiz de Cárceres, em 1910; as de Arassuaí, Aracaju, Barra, Caetité e Ilhéus, em 1913; as de Cajazeiras e Crato, em 1914; as de Sobral, Caratinga e Porto Nacional, em 1915; as de Penedo e Guaxupé, em 1916; as de Garanhuns, Nazaré e Aterrado, em 1918; a de Belo Horizonte, em 1921; as de Campos e Barra do Piraí, em 1922; a de Petrolina, em 1923; as de Sorocaba e Santos, em 1924; as de Bragança, Juiz de Fora e Valença, em 1925; as de Cafelândia, Ponta Grossa e Jacarezinho, em 1926; as de Jabuticabal, Rio Preto, Joinville e Lajes, em 1927 e a de Assis, em 1928. (MICEII, 1988).
- 2 São elas: Santarém, Rio Branco, Conceição do Araguaia, Registro do Araguaia, São Peregrino, Senhor Bom Jesus de Gurguéia, São José de Grajaú, Bananal, São José do Tocantins, Porto Velho, Lábrea, Foz do Iguaçu, Marajó, Guamá, Santana de Jataí, Diamantino, Guajará-Mirim e Paracatu. (MICEII, 1988).
- 3 Rio Negro, Solimões e Teffé.
- 4 A Sé metropolitana em Salvador e os bispados de Belém, Mariana, Olinda, São Luís, São Paulo, Rio de Janeiro, Cuiabá (1826), Goiás (1826), Porto Alegre (1846), Fortaleza (1854) e Diamantina (1854). Além da sediada na Corte. (MICEII, 1988).
- 5 Nesta mesma ocasião, instalou o "Culto do Apostolado de Oração". O Apostolado da Oração era uma obra diocesana fundada nos Estados, com o intuito de ser uma alternativa às festas populares, a exemplo das festas de padroeiros (as). Isso se dava como um modo de difundir os cultos romanizados e impedir os interesses meramente pecuniários.
- 6 Tal prédio pertencia a D. Maria Clara Cardoso Melo, que o cedeu à Igreja para a residência do bispo. Anos depois, com a morte da proprietária, o prédio foi doado definitivamente à Igreja. Nesse mesmo prédio, também foi iniciado o Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus que, à época, era um educandário e chamava-se Universidade Pequeno Príncipe.
- 7 Hoje, ruas D. José Thomas, Senador Rollemberg, Pacatuba e Riachuelo, local onde fica o Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus.
- 8 Assumiram a reitoria durante o período estudado, o Pe. Manuel Raymundo de Melo (1913-1914), Pe. Juvêncio Brito (19814-1915), Côn. Vicente de Jesus (1916-1917), Abílio Menezes (1917-1917), o próprio D. José Thomas por quatro vezes (1914-1914, 1917-1919, 1929-1931, 1938-1938), Mons. Adalberto Sobral por duas vezes (1919-1922, 1923-1925), Pe. José A. da Rocha Lima, Solano Dantas de Menezes e o Côn. Durval Góis interinamente, durante alguns meses do ano de 1922, o Padre Jugurta Franco (1925-1927), o Côn. Carlos Costa (1927-1929) e o Pe. Miguel Barbosa (1931-1935).
- 9 Composta por padres designados para cuidar da parte do Economato, ou seja, das finanças da Instituição.
- 10 Eram seminaristas escolhidos pelo Reitor, conforme sua conduta, para servirem de monitores dos outros seminaristas.



- 11 Os seminaristas eram alocados em duas divisões: a dos alunos menores e a dos maiores. Cada uma contava com seu respectivo prefeito.
- 12 Foi possível identificar os títulos dessas obras, ao encontrar, no arquivo do Colégio Arquidiocesano, uma lista manuscrita de livros, cujo cabeçalho dizia: "Lista de livros antigos do Seminário – 1978," contendo apenas o título e o autor de 398 obras. A partir do contato com o padre José Alves de Castro, ex-aluno do Seminário, foi solicitado que ele identificasse, em meio àquelas obras, quais lhe eram conhecidas. O padre identificou 54. Destas, foi possível perceber que fizeram parte de sua formação essas já citadas. Embora os compêndios de história não estivessem na lista, foi possível identificá-los através de pistas deixadas pelo padre João Moreira Lima em seu livro e numa ata da congregação de professores, quando pediram para mudar dois dos compêndios utilizados. Não foram listadas todas as cinquenta e quatro obras identificadas porque algumas delas, acredita-se, foram utilizadas pelo padre enquanto professor, em uma outra geração, pois o padre foi seminarista de 1927 a 1936, período em que algumas das obras reconhecidas ainda não haviam sido lançadas a exemplo do Compêndio de Teologia Pastoral do Cardeal Jaime de Barros Câmara, de 1955, dentre outros. Outras obras também foram recolhidas, através das citações, quando da leitura dos artigos dos seminaristas.
- 13 Os professores Osman Oliveira e José Andrade, contratados em 1947, ministraram as disciplinas de Português e de Matemática, respectivamente. Cf. Livro de Atas da Congregação de Professores de março a outubro de 1947.
- 14 Uma dessas casas, a que ficava na rua Espírito Santo, hoje Senador Rollemberg, foi adaptada para servir de residência episcopal, quando D. José Thomas, já doente, não mais podia ficar no prédio do Seminário.
- 15 A lista oficial da Arquidiocese de Aracaju está composta por 51 padres ordenados por D. José. No entanto, destes, seis não foram alunos e somente um fez o curso menor no Seminário Sagrado Coração de Jesus.

Referências

ANDRADE JÚNIOR, Péricles Morais de. **Sob o olhar diligente do pastor**: a Igreja Católica em Sergipe (1831-1926). 2000. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AZZI, Riolando. **O catolicismo popular no Brasil**: aspectos históricos. Petrópolis: Vozes, 1978.

BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das Ordens e Congregações Religiosas no Brasil, 1870-1930. In: AZZI, Riolando. (Org.). **A vida religiosa no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1983.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul./dez. 1999.

COSTA, Magno Oliveira da. **A Igreja católica e a educação de base em Aracaju** (1960-1970). 1999. 80 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRAGO, Antonio Viñao. **Espacio y tiempo**. Educacion e Historia. Morelia: Instituto Michoacano de la Educación, 1996.

_____. **Tiempos escolares, tiempos sociales**. La distribución del tiempo y del trabajo en la enseñanza primaria en España (1838-1936). Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1998.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1961.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

LIMA, Jackson da Silva. **Os estudos filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

LIMA, João Moreira. **A serviço do reino de Jesus Cristo**: para que todos tenham vida. Aracaju: Editora Particular, 1984.

LONDONO, Fernando Torres. Paróquia e comunidade na representação do Sagrado na Colônia. In: LONDONO, Fernando Torres (Org.). **Paróquia e comunidade no Brasil**: Perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **A presença da igreja católica no Brasil**. São Paulo: Giro, 1977.

MARIA, Júlio. **O catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro, 1950.

MATOS, Henrique Cristiano. **Nossa história**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2002. (t. 2. Período imperial e transição republicana).

_____. **A Igreja e a república**. Brasília: UnB, 1981. (v. 9).



MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. **O Seminário de Olinda e o seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE – Diretoria de Assuntos Culturais, 1985.

NUNES, Maria Thétis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

OLIVEIRA, Ana Júlia Máximo. **Além da reza**. A atuação dos jucistas aracajuanos (1960-1964). 1999. 71 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1999.

RAMOS, Antônio da Conceição. **Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1958-1964)**. 2002. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.

REVISTA SCIENTIA ET VIRTUS: Coletânea Litero-apologética pela Academia S. Tomás de Aquino, do Seminário Sagrado Coração de Jesus. Aracaju: Tipografia Comercial, 1933.

RIBEIRO NETO, Quintino. **A teologia da libertação em Sergipe**. 1999. 65 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1996.

LIVRO DE ATAS DA CONGREGAÇÃO DOS PROFESSORES DO SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. (mar./out. 1947).

LIVRO DE REGISTRO DO SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (1913-1948). Aracaju, 1913-1948.

SANTANA, Valéria Carmelita do Nascimento. As práticas escolares do povo de Deus: os colégios católicos como instituições culturais (1914-1918). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba/ANPUH, 2003. 1 CD-ROM.

_____. O Primeiro bispo de Aracaju e a difusão do ensino religioso católico In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE. 16., 2003, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 2003 1 CD-ROM.

- SEGUIER, Jaime de. **Dicionário prático ilustrado**. Porto: Lello & Irmão Editores, 1927.
- SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1920.
- SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMONO, René. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SOBRINHO, Sebrão. **Fragmentos da história de Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina, 1972.
- STANIKOWSKI, Frei Edgar. **D. José Thomaz Gomes da Silva: um bispo humano**. Aracaju: Bardel, 1997.
- VIEIRA, Davis Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980.
- VILLAÇA, Antonio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

Profa. Ms. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Faculdade Pio Décimo – Aracaju/Sergipe
Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação
do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe
E-mail | raylanenavarro@bol.com.br

Recebido 20 set. 2004
Aceito 28 out. 2004